

SEGUNDO TURNO

Líderes dos partidos fazem um acordo para acelerar votações

por Adriana Vera e Silva de Brasília

A Assembléia Constituinte realizou apenas uma sessão de votação nesta semana, devido à constante falta de quórum no plenário, mas os líderes dos partidos já fecharam alguns acordos sobre os temas polêmicos que podem ser votados ainda nesta semana e montaram um esquema de negociações com o objetivo de apressar a votação.

A ausência do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, — que substituiu o presidente Sarney até a última quarta-feira — e a aproximação do prazo final para a escolha dos candidatos às eleições municipais de novembro afastaram muitos parlamentares de Brasília, o que esvaziou o plenário e impediu a realização de votações.

Nesta segunda-feira, os

líderes partidários retomam as reuniões de negociação a partir das 13 horas. O deputado Ulysses Guimarães marcou a sessão da Constituinte para as 16 horas e espera solucionar o problema da falta de quórum através de levantamentos no número de parlamentares que estarão presentes às sessões.

O esquema de negociações montado pelos líderes deverá funcionar de tal forma que, enquanto estiverem sendo realizadas as votações do Capítulo I e II do Título I da nova Constituição (referentes aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos e aos Direitos Sociais), já estarão sendo acertadas as questões polêmicas dos capítulos subsequentes.

Pela previsão do líder do PMDB, deputado Nelson Jobim (RS), "até o final da semana que vem já estará votado todo o Capítulo dos

Direitos Sociais", que inclui os Direitos Trabalhistas.

Se esta previsão for confirmada, até a próxima quinta-feira já farão parte da nova Carta muitos pontos polêmicos como a jornada de seis horas de trabalho diárias nos locais de funcionamento ininterrupto e o direito de greve.

A jornada de seis horas provocou tantas discussões entre os líderes partidários que se formou um subgrupo de lideranças para debater especificamente esta questão. Ainda não se chegou a um consenso e é provável que o tema seja decidido pelo voto.

Os constituintes do grupo conservador "Centrão" propuseram a substituição desta jornada diária por uma jornada de 40 horas semanais, mas os partidos de esquerda e o PMDB só negociam a supressão do termo "máxima" neste ar-

tigo — o que foi fruto de um acordo no primeiro turno de votação.

Há uma tendência para manter no texto da nova Carta o direito de greve da forma como foi aprovada no primeiro turno, mas deve ser votada uma emenda que suprime esta parte do texto constitucional.

A licença-paternidade de oito dias é outro tema polêmico, mas já está praticamente fechado um acordo que deixa na nova Constituição o princípio de que os pais terão direito a esta licença. Seu prazo deverá ser definido pela legislação ordinária.

Gadelha diz que o atraso vai prejudicar Ulysses

O presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, sofrerá um sensível prejuízo com o atraso da promulgação da nova Carta: ele não poderá mais utilizá-la como bandeira política durante a campanha eleitoral deste ano. A avaliação é do líder do governo no Senado, Marcondes Gadelha, para quem Ulysses perdeu uma grande chance de iniciar, em grande estilo, sua própria campanha de candidato à Presidência da República.

"O doutor Ulysses pretende usar a nova Constituição como seu grande trunfo eleitoral. E um texto generoso, que promete tudo, e um verdadeiro programa de governo. Infelizmente, a Nação passou a acreditar que a Constituinte é a filha diletta e exclusiva de Ulysses", disse, segundo informação da Agência Globo.

Além de atrapalhar a estratégia da campanha do presidente do PMDB, o atraso da Constituinte beneficiará o PFL porque as eleições municipais de novembro não poderiam ser realizadas em dois turnos. Embora afirme que o novo sistema interessa principalmente aos pequenos partidos, Gadelha reconhece que para o PFL o melhor é um turno só, pois com isso aumentam as chances de o partido ser um dos pólos da disputa nos municípios, e eventualmente lucrar com os desgastes da legenda majoritária, o PMDB.

Gadelha prevê o final das votações para o mês de outubro, e garante que não há intuito deliberado de protelar da parte do PFL. Negou que o governo tenha interesse em atrasar a Constituinte para adiar a entrada em vigor da reforma tributária, que aumentará a participação dos estados e municípios nas receitas de impostos.

Shultz ouve explicações sobre a nova Carta

O presidente da Constituinte e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, recebeu no final da tarde de sexta-feira a visita do secretário de Estado norte-americano, George Shultz, que se encontra em visita oficial ao Brasil. Durante o encontro, os dois trocaram impressões gerais sobre o momento e os dois países (Estados Unidos e Brasil), segundo informou o deputado Ulysses Guimarães, de acordo com a Rádio-brás.

O presidente da Câmara disse que falou ao visitante das relações entre os dois países, lembrando que elas devem ter por base o diálogo e não decisões unilaterais e que, mesmo nos casos de controvérsias, elas devem ser resolvidas nos foros internacionais competentes e não por linhas unilaterais. O deputado Ulysses Guimarães fez ao secretário George Shultz uma síntese dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos para a elaboração da nova Constituição brasileira, ressaltando principalmente o fortalecimento do Congresso e a relação entre os poderes da República.

Ulysses disse que Shultz observou que, nos Estados Unidos, a relação entre os poderes tem dado "amplas condições ao País".

Empresários mudam a sua estratégia

por Wanda Jorge de Campinas

A dificuldade em obter quórum mínimo para a votação da segunda etapa da Constituinte das medidas supressivas levou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) a restringir mais os itens em que exercerá pressão para suprimir. Ruy Martins Altenfelder, primeiro tesoureiro da FIESP, disse na sexta-feira a empresários da região de Campinas que na Ordem Social existem dois pontos considerados fundamentais, onde a pressão será reforçada para que sejam suprimidos. O primeiro deles é a jor-

nada de seis horas para trabalho ininterrupto, que poderá ser substituída por uma jornada de 40 ou 42 horas semanais. Outra questão indicada por Altenfelder como prioritária para cair é o direito de greve. Em sua opinião, na forma em que está proposto na Constituinte, o direito virou "um poder de greve".

Nas questões expostas na Ordem Econômica, o diretor da FIESP diz que devem cair o limite de tabelamento de juros assim como a discriminação contra empresas de capital estrangeiro para a realização de serviços em empresas públicas.